



III-acompanhar a evolução dos indicadores de realização e de desempenho dos programas governamentais que tenham relacionamento com as atividades da ADA, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas;

IV-buscar a integração dos processos organizacionais da Agência;

V-elaborar respectiva proposta orçamentária, inclusive com quadros de detalhamento de dispêndios, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da ADA, em consonância com o Plano Estratégico da Agência;

VI-contribuir na elaboração do planejamento estratégico e do relatório de atividades da ADA;

VII-executar as atividades conexas com suas atribuições específicas, incumbidas ou delegadas;

VIII-propor a celebração de convênios e contratos com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados às competências finalísticas da ADA;

IX-apresentar à Diretoria Colegiada relatório de suas atividades, de acordo com periodicidade fixada pela Diretoria Colegiada;

X-identificar e formular propostas de ações estratégicas no âmbito de sua área de competência;

XI-propor prioridades, no âmbito de suas competências, para orientar o apoio financeiro da ADA nos pleitos oriundos de órgãos públicos e instituições privadas sem fins lucrativos; e

XII- propor e promover articulação com os diversos níveis de governo e o setor privado, visando a potencializar e integrar iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional, nas suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. As Gerências Executivas serão dirigidas por Gerentes Executivos.

Art. 44. Ao chefe de Gabinete, aos Coordenadores-Gerais, ao Procurador-Jurídico, ao Auditor-Chefe, aos Gerentes-Executivos e aos demais dirigentes incumbe planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades relacionadas às suas respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas por delegação de competência e por este Regimento Interno.

CAPITULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA

Art. 45. A administração da ADA será regida por contrato de gestão, firmado pelo Ministro de Estado da Integração Nacional e pelo Diretor-Geral da Agência, previamente aprovado pelo Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia, no prazo de cento e vinte dias seguintes à nomeação do primeiro Diretor-Geral.

§ 1º O contrato de gestão estabelecerá os parâmetros para a administração interna da ADA, bem assim os indicadores que permitam avaliar, objetivamente, sua atuação administrativa e seu desempenho.

§ 2º Durante o prazo estabelecido no caput deste artigo, a inexistência do contrato de gestão não impedirá o normal desempenho da ADA.

Art. 46. O descumprimento injustificado do contrato de gestão poderá implicar a exoneração do Diretor-Geral, pelo Presidente da República, mediante solicitação do Ministro de Estado da Integração Nacional, em cumprimento à legislação vigente.

Art. 47. A atividade da ADA será sempre fundamentada e juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade, moralidade e economicidade.

Art. 48. Ressalvados os documentos e os autos cuja divulgação possa contrariar o interesse público ou segredo protegido, todos os demais permanecerão abertos à consulta pública.

Art. 49. A ADA estabelecerá mecanismos que assegurem a participação da sociedade civil organizada na proposição do Plano de Desenvolvimento da Amazônia e no controle de suas ações, mediante:

I-organização de consultas públicas especiais para discutir, dimensionar e legitimar as necessidades da população beneficiária das políticas de integração e desenvolvimento regional;

II-divulgação de informações referentes a:

a) estudos e decisões oficiais sobre políticas de integração e desenvolvimento regional;

b) resultados alcançados com a implementação de ações de integração e desenvolvimento regional;

c) justificativas pelo não atingimento de objetivos e metas propostos; e

d) conclusões de investigações e de auditorias sobre a aplicação de recursos financeiros em projetos de integração e desenvolvimento regional;

III-instituição, sempre que necessário, de comitês, câmaras e fóruns de caráter consultivo, com representantes da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil organizada.

CAPITULO IX

DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 50.Constituem receitas da ADA:

I-dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União;

II-transferências do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, equivalentes a 2% do valor de cada liberação de recursos, a título de remuneração pela gestão daquele Fundo; e

III-qualquer outras receitas não especificadas nos incisos I e II.

Art. 51. Constituem patrimônio da ADA os bens e direitos que lhe forem conferidos ou que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 52. As alterações a este Regimento Interno serão aprovadas com a presença de todos os Diretores e por maioria absoluta dos votos.

Art. 53. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Diretoria Colegiada.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO  
COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 23 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 23 de março de 2004, às 09 horas, na sala 304 do Edifício Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á a 3ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara.

Requerimento de Anistia n.º	Requerente	Relator
2002.01.06939	Geraldo Rodrigues Dos Santos	Conselheira Sueli Bellato
2002.01.08498	Jose Carlos Giannini	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.16626	Jacinta Lopes Arrais	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.20799	Antonieta Símaro Campos	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.27337	Maria Yvone Loureiro Ribeiro	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.27793	Paulo Cavalcante Valente	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.28374	Manoel Catarino Da Silva	Conselheira Sueli Bellato
2003.01.29315	Breno Hortencio De Lima	Conselheira Sueli Bellato
2001.02.00511	Helena Vallim Jacobina	Conselheira Sueli Bellato
2001.02.00532	Lenin Vallim Jacobina	Conselheira Sueli Bellato
2001.02.00807	João Chile	Conselheira Sueli Bellato
2001.02.00968	Isaura Alprim	Conselheira Sueli Bellato
2001.02.01666	Rachid Rachid De Araújo Filho	Conselheira Sueli Bellato
2001.01.01490	Santina Lima Leal	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2001.02.01603	Celso Camargo Sampaio	Conselheiro Deocleciano Queiroga

2001.01.05805	Sonia Eliane Lafoz	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2002.01.09397	Berto Luiz Curvo	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2001.02.00612	Sônia Correia Lins	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2001.02.00661	Ariceu Vieira	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2001.02.00997	Carlos Alberto De Freitas	Conselheiro Deocleciano Queiroga
2001.01.00094	Sérgio Bernardo De Amorim	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.01.00431	Maria De Fátima Beserra De Sá	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.01.02560	Moacir Luziario Chagas Mendonça	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.01.02798	Jarbas José De Santana	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.01.04268	Maria De Fátima Beserra De Sá	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.06075	Raimundo Alves De Sousa	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.07249	Fernando Pereira Christino	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.07749	Antônio Carlos Martins Menezes	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.07823	Izaías Do Vale Almada	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.07998	Benedito Carlos Lemes	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.08032	Antonio Jose De Oliveira	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.09133	Maria Diva Pedrosa De Oliveira	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.10632	Roberto Ribeiro Martins	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.10708	Olívia Calabria	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.12436	Lilian Barbosa Guimarães	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.12890	Abelardo De Araújo Moreira	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.13101	Justa Alferes Filha	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.01.13247	Fernando Soares Da Silva	Conselheiro Márcio Gontijo
2003.01.15624	Josefina De Lima Barros	Conselheiro Márcio Gontijo
2003.01.15639	Antônio Batista De Oliveira	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.00557	Edson Jose Feltrin	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.00696	Frederico Pessoa Da Silva	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.01725	Helio Da Silva	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.01735	José Hugo Arruda De Paula	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.01758	Ruy De Góes Raposo	Conselheiro Márcio Gontijo
2002.02.01878	José Teixeira Goês	Conselheiro Márcio Gontijo
2001.02.01883	Miguel Varone	Conselheiro Márcio Gontijo

MARCELLO LAVENÈRE MACHADO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE  
DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 296ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 9 E 10 DE FEVEREIRO DE 2004

Aos nove e dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se no auditório do SEBRAE, em Natal/RN, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. Sob a Presidência do Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, deu-se início aos trabalhos com a presença dos seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Cassio Castellarin, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Laurindo Dias Minhoto, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva e Rogério Etzel. Foi justificada, logo de início, a ausência dos Conselheiros Carlos Weis, César Oliveira de Barros Leal e Laertes de Macedo Torrens, por motivos de força maior. Com a confirmação de quórum, o Presidente declarou aberta a sessão, agradecendo a presença dos Conselheiros e das seguintes autoridades, convidando-os para comporem a mesa: Dr. Leonardo Arruda, Secretário de Justiça, representando a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Cláudio Manoel, Secretário de Defesa

Social; Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Canindê de França, Secretário-Adjunto dos Assuntos Fundiários; Dr. Francisco Chaves dos Anjos, Procurador-Chefe da República e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado; Dr. Carlos Adel Teixeira Souza, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Natal/RN; Dr. Percílio de Souza Lima e Dr. Humberto Espínola, membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O Presidente agradeceu, ainda, a presença de: Cap. José Duets, Coordenador da Administração Penitenciária; Dr. Fábio Santos, Coordenador de Direitos Humanos; Dr. Roberto Monte, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania; Dr. Expedido Ferreira de Souza, Juiz das Execuções Criminais de Mossoró; Dr. Henrique Baltazar, Juiz de Direito da Comarca de Caicó; Dr. Eduardo Cavalcante, Promotor de Direitos Humanos; Dr. Marcos Dionísio, Ouvidor-Geral; Dr. Geraldo Soares Vanderlei, da Pastoral Carcerária do Rio Grande do Norte; Dr. Eduardo Medeiros, Promotor de Justiça; Dr. Genivaldo de Souza Figueiredo, Procurador de Justiça; Dra. Elisa Nasser, Coordenadora do Fórum das Mulheres; Dra. Moema Andrade Pinheiro, Promotora de Direitos Humanos e Cidadania do Rio Grande do Norte; Dra Zenilde Alves Machado, Promotora de Justiça; Dr. José Braz Paulo Neto, Promotor de Justiça; Dra. Cynthia da C. Negritos, Procuradora de Justiça e Joanielson de Paula Rego, Presidente da OAB estadual. O Presidente disse da honra

de realizar a reunião em Natal/RN e esclareceu que o Conselho, rotineiramente, visita as unidades federativas com o objetivo de colocar-se à disposição das autoridades visando a encontrar respostas aos problemas que afligem o sistema penitenciário. No que diz respeito à vinda do Conselho ao Rio Grande do Norte, essa se deveu à preocupação da Comissão, de que fazem parte um representante da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos e um membro do CNPCP (o 1º vice-Presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos), constituída com o fito de apurar denúncias veiculadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Com a palavra, o Dr. Fernando Batista Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça, cumprimentou o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, os demais Conselheiros e todas as autoridades presentes. Em seguida, fez uma explanação acerca de uma série de questões pertinentes ao sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, afirmando que, com certeza, desta reunião deverão advir resultados práticos no sentido de melhorar a política de execução penal e a segurança pública do Estado. Disse que, no que toca aos temas a serem discutidos, as autoridades presentes são os principais atores do processo de execução penal do Estado. Existem problemas tanto no campo da execução penal como no da segurança pública, os quais são bastante sérios. Disse que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, dentro de suas atribuições, será sensível a estas problemáticas, tendo possibilidade de sugerir e orien-